



INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS (IAB)
Comissão Permanente de Direito Financeiro e Tributário

Indicação: 066 /2017

Relator: Guilherme Chambarelli



Projeto de Lei nº 5.364/2016, do Deputado Tenente Lúcio - PSB/MG, que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os veículos alocados à representação comercial, na forma como dispõe.

*Parecer opinando pela **REJEIÇÃO TOTAL** do Projeto de Lei mencionado.*

Honra-me o Presidente da Comissão de Direito Financeiro e Tributário do Instituto dos Advogados Brasileiros, Dr. Adilson Rodrigues Pires, com a relatoria da Indicação de nº ____/2017, em relação ao Projeto de Lei nº 5.364/2016, do Deputado Tenente Lúcio - PSB/MG, que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os veículos alocados à representação comercial, na forma como dispõe.

I. DA ANÁLISE DO PL 5.364/2016

1.1. Não nos parece razoável que, em momento de grave crise financeira enfrentado pelos Estados, Municípios e sobretudo a União Federal, que se faça renúncia fiscal que não se demonstre relevante e não apresente contrapartida com vistas à geração de emprego e renda, além de desenvolvimento econômico-social de determinadas regiões ou setores da economia.

1.2. Nesse sentido, é importante destacar, inicialmente, que os incentivos fiscais são mecanismos de extrema importância para o desenvolvimento do país e não devem ser vistos como a grande causa da crise, tal como se tem alardeado.



1.3. Contudo, os Poderes Legislativo e Executivo, dentro de suas respectivas atribuições legais, devem observar com parcimônia este instituto, de forma que, efetivamente, se consiga alcançar o objetivo desejado com a renúncia de receita de tributos.

1.4. Em outras palavras, as isenções devem ser concedidas de acordo a relevância a qual o seu conteúdo versa. Se é concedida isenção para que empresas se situem em determinadas regiões do país, sobretudo as mais carentes, evidente é que essa isenção tem a devida importância para gerar desenvolvimento naquele local.

1.5. No que se refere à isenção objeto do PL em análise, não se vislumbra, no texto legal, nenhuma contrapartida no sentido do que foi mencionado acima, ou seja, não há nada na medida que possa gerar impacto positivo para a economia.

1.6. No mesmo sentido, é a lição de Marcus Abraham¹:

Não obstante o efeito esperado do incentivo seja a adoção de uma determinada prática ou conduta do beneficiário do incentivo que gere, por consequência, um ganho à comunidade local, sempre se questionou se estes incentivos fiscais são realmente eficientes na busca do fomento e de desenvolvimento de determinadas atividades, regiões ou de setores econômicos ou sociais, a partir de uma ponderação entre os custos financeiros desses incentivos fiscais e os resultados efetivamente materializados, em contrapartida da aplicação direta dos subsídios ou transferências financeiras, além, é claro, dos nefastos efeitos da competição horizontal entre os entes da Federação, fenômeno comumente conhecido como “guerra fiscal”.

1.7. Por esse motivo é que o Art. 14 da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)² prevê que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício

¹ABRAHAM, Marcus. *Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada*. Rio de Janeiro: Forense, 2016. p. 149.

² Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;



de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária ou estar acompanhada de medidas de compensação.

1.8. Ainda que o §3º do mesmo artigo trate do IPI e dos demais impostos extrafiscais como exceção à essa regra, observa-se que o mecanismo da extrafiscalidade aplica-se ao produto e não à determinada classe que adquire aquele produto. Tanto é assim que, mesmo que as alíquotas do IPI possam ser alteradas por ato do Poder Executivo, por ser exceção ao Princípio da Legalidade, a medida aqui retratada está (tentando) ser feita através de Projeto de Lei Ordinária, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

1.9. Dessa forma, a redação do Art. 14 pode ser aplicada à isenção retratada no PL 5.364/2016, ainda que a mesma se refira ao IPI.

1.10. Com efeito, não se verifica no PL 5.364/2016 qualquer estimativa de renúncia fiscal ou medidas compensatórias. O referido Projeto se limita à apenas 3 artigos, sendo um deles referente à data da vigência da lei.

1.11. Outrossim, é imperioso mencionar que inúmeros Projetos de Lei que trataram do mesmo assunto já foram rejeitados pela Câmara dos Deputados em outras oportunidades, tal como o PL 5.060/09, PL 5.946/09, PL 3.160/2012, PL 5.051/13, PL 6.035/2013, PL 6.143/2013, PL 7.287/2014, PL 894/2015.

1.12. Segundo o relator do texto na Comissão de Finanças e Tributação do primeiro PL acima citado, o Deputado Maurício Trindade (PR-BA), o projeto acarretava renúncia

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.



fiscal, sem apresentar o valor total de imposto que deixará de ser arrecadado e a forma de compensar essa queda na receita.

1.13. Ainda com relação a esses outros PLs, grande parte deles impunha uma série de requisitos para o gozo da isenção, tal como estar inscrito no respectivo conselho regional dos representantes comerciais (CORE), ter escritório constituído e comprovar o exercício da atividade há pelo menos um ano da data de publicação desta Lei e comprovar a regularidade fiscal.

1.14. No entanto, o atual PL não está acompanhado da previsão de requisitos para que os representantes comerciais se aproveitem do benefício fiscal, o que acaba por gerar mais uma distorção ao Projeto que, por sua vez, nos leva a opinar pela sua rejeição.

1.15. Como se vê, foram várias as tentativas de se impor essa isenção, com proposições de Leis quase anualmente, que até o presente momento restam todas frustradas. Nesse sentido, importante destacar que mais um PL já foi proposto com o mesmo assunto, qual seja, o PL 8.316/2017, que já se encontra apensado ao PL em questão.

1.16. Assim, observa-se que a isenção de IPI para automóveis adquiridos por representantes comerciais foi reiteradamente rechaçada pela Câmara dos Deputados, quase sempre pelo mesmo fundamento, qual seja, a falta de estimativa do valor da renúncia fiscal.

1.17. Por fim, importante é destacar que, à primeira vista, parece-nos uma medida eleitoreira e de cunho populista, ausente de interesse público ou de necessidade, com nítida intenção de atender interesse particular, prática esta censurada pelos princípios que regem a Lei de Responsabilidade Fiscal, que veda a concessão de incentivos fiscais sem qualquer controle.



II. DA CONCLUSÃO

2.1. Pelo acima exposto, opinamos pela **REJEIÇÃO TOTAL** do Projeto de Lei nº 5.364/2016, do Deputado Tenente Lúcio (PSB/MG), que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os veículos alocados à representação comercial, na forma como dispõe.

2.2. É o nosso parecer, s.m.j.

Guilherme Chambarelli
Guilherme Chambarelli

Membro da Comissão de Direito Financeiro e Tributário